

Recuperação só em 2000

Ricardo Leopoldo
Da equipe do Correio

São Paulo — O Brasil tem condições de superar a crise financeira internacional e retomar o crescimento econômico no ano 2000. Antes, entretanto, amargará um 1999 difícil. Isso porque a fuga de capitais registrada depois da falência da Rússia e o pacote fiscal que pavimentaram o caminho para o acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) conduzirão o País a uma forte recessão. O desemprego aumentará e o Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todos os bens e serviços produzidos pelo País em um ano — encolherá 2% em 1999. De acordo com Paulo Leme, economista-chefe para mercados emergentes do banco americano Goldman & Sachs, um dos especialistas mais ouvidos em Nova York pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, esse cenário ruim será inevitável.

O governo precisa corrigir com muita rapidez o desajuste das contas públicas. Pelas estimativas oficiais, os gastos deverão superar as receitas neste ano em R\$ 70 bilhões, 7,7% do PIB. Para diminuir essas despesas em R\$ 28 bilhões, como está previsto no acordo com o FMI, será preciso cortar investimentos e aumentar impostos. A Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF), por exemplo, subirá de 0,2% para 0,38% no próximo ano.

“Esse obstáculo será difícil de ser superado. Porém, ao combater com maior rigor os gastos, o governo levará o País no ano 2000 a uma rota encorajadora de desenvolvimento”, comenta Leme. Mesmo seguindo a receita do FMI para obter o superávit comercial de US\$ 2,8 bilhões, o Brasil corre o risco de não cumprir essa meta. “Isso pode ocorrer caso a recessão forte diminua a arrecadação federal”, observa Leme.

SUPERÁVIT

Edmar Bacha, um dos pais do Plano Real e economista do banco BBA Creditanstalt, acredita que o Brasil não conseguirá o superávit comercial de US\$ 2,8 bilhões. Sua aposta está na queda do atual déficit de US\$ 5 bilhões para um resultado nulo em 1999. Para ele, esse número será obtido com um grande esforço fiscal, que levará o País a um crescimento negativo de 1,5%. A desvalorização do real subirá um pouquinho, dos atuais 7,5% ao ano para uma faixa entre 8% e 9%. Os juros médios ficarão próximos de 18%.

O País reduzirá o déficit público nominal (gastos maiores que receitas, incluindo os juros, correção monetária e cambial) para 4,7% do PIB. “Não será um ano fácil. Mas o ajuste fiscal aumentará a confiança dos investidores, o que levará ao corte gradual dos juros. Deveremos começar a recuperação no segundo semestre”, afirma Bacha.

O governo só terá uma chance de ser perdoado pelo FMI, caso não consiga obter superávit comercial, que consiste na forte queda dos gastos, diminuição da dependência de capi-

tais externos e redução do crescimento.

Os credores, contudo, não tolerarão ver o Brasil sem o ajuste fiscal, capaz de diminuir o déficit público para R\$ 42 bilhões ou 4,7% do PIB. Para fugir do problema, o governo precisa convencer o Congresso a aprovar as medidas que cortarão os R\$ 28 bilhões em 1999. “O presidente da República precisa de um auxiliar no Palácio do Planalto encarregado de fazer o meio-de-campo com o mundo político”, afirma Marcílio Marques Moreira, ex-ministro da Fazenda.

CONFIANÇA

Paulo Leme prevê um ano novo muito duro. A recessão de 2% do PIB diminuirá a produção industrial em 1%. A taxa média de juros chegará a 21% e o Brasil fechará o ano com uma inflação de 1%, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fipe.

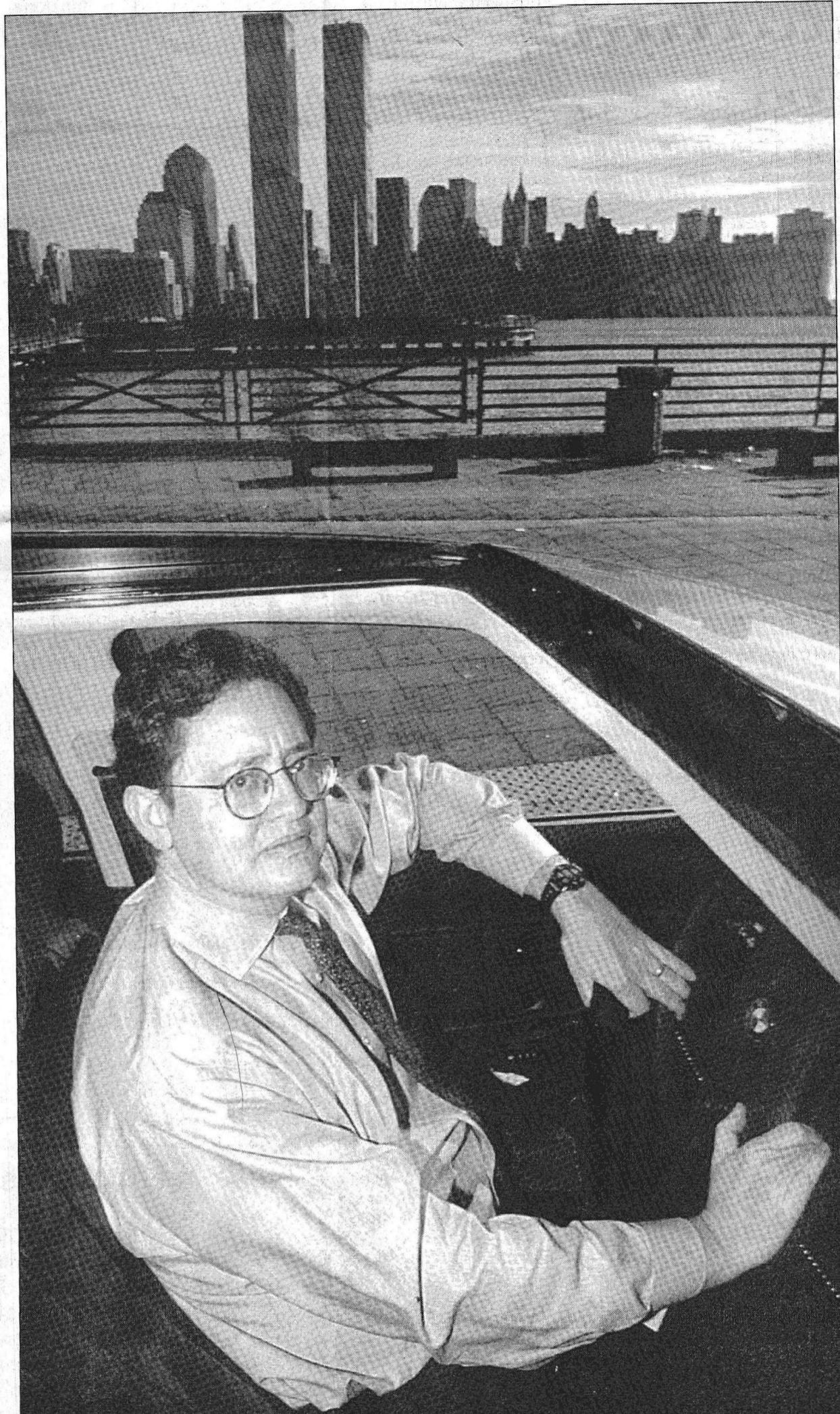
Na opinião do economista do Goldman & Sachs, o governo não mexerá no câmbio, e manterá para o próximo ano a atual desvalorização nominal de 7,5% em 12 meses. Segundo ele, a dependência de empréstimos ex-

ternos cairá de US\$ 32 bilhões para US\$ 25 bilhões, o equivalente a 3% do produto interno. A balança comercial ficará positiva em US\$ 3 bilhões: US\$ 62,5 bilhões de exportações e US\$ 59,5 bilhões de importações.

O País melhorará bem suas contas internas, mas ficará um pouco distante das principais metas fiscais acertadas com o FMI. O governo registrará 2,2% do PIB de superávit primário (receitas menos despesas, sem incluir gastos com juros). No acordo com o FMI estão previstos 2,6% do PIB. O déficit público nominal diminuirá dos 8% do PIB em 1998 para 5,3% para o próximo ano. Não chegará aos 4,7% do produto interno acertados com os credores, pois estará faltando uma economia de US\$ 4 bilhões para fechar a conta. Mas mesmo assim será um bom avanço.

Em Nova York, há especialistas que confiam na capacidade do Brasil driblar a recessão, apesar da queda da atividade econômica. John Welsh, economista-chefe para as Américas do Paribas, acredita que o País até conseguirá crescer 0,8%. Contudo, o desemprego aumentará de 7,6% neste ano para 8,2%. A balança comercial terá um leve superávit de US\$ 500 milhões e as taxas de juros médias ficarão em 25,3%.

Ele adverte, contudo, que a estabilidade da economia depende da aprovação no Congresso das medidas do pacote fiscal. É essencial a elevação da CPMF e até os aumentos da Previdência, derrubados há quatro dias. “Se o FMI não ver avanços no corte de despesas por parte do governo, ele não liberará as próximas parcelas da ajuda que vencem em fevereiro (US\$ 4,5 bilhões) e maio (US\$ 1,8 bilhão)”, afirma. “Sem esses recursos, os investidores voltarão a desconfiar do País. Novas ondas de nervosismo surgirão, o que poderá fazer com que os brasileiros mandem dinheiro para o exterior” conclui.



Leme: “Ao combater com maior rigor os gastos, o governo conduzirá o País a uma rota encorajadora de desenvolvimento”